

PARCERIAS NA CONDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS: O QUE SE EXTRAI DOS RESULTADOS DO BISC?

Anna Maria Medeiros Peliano¹

Patricia Loyola²

1 INTRODUÇÃO

O que fazem as empresas no campo social? Como elas se relacionam com as demais organizações, públicas e privadas, para atuarem nessa área? Essas questões assumem especial relevância em um contexto no qual o setor privado é cada vez mais pressionado a participar de um esforço coletivo de enfrentamento dos problemas sociais que afetam a sociedade brasileira. Com o propósito de contribuir para os debates sobre esses temas, este texto fornece algumas respostas extraídas dos resultados da pesquisa BISC e da experiência da Comunitas na construção do programa Juntos.

A pesquisa BISC foi instituída em 2008, pela Comunitas,³ sob a inspiração da experiência pioneira do Committee Encouraging Corporate Philanthropy (CECP),⁴ e desde então vem sendo realizada anualmente. Seu objetivo central é acompanhar o perfil da atuação social de empresas no Brasil, definir padrões de *benchmarking* e realizar comparações internacionais. Sem perder essa perspectiva, várias inovações e aprimoramentos foram introduzidos na versão brasileira, com vistas a adaptar o BISC às características nacionais e contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da gestão e avaliação dos investimentos sociais privados. Não é só. A pesquisa visa, ainda, subsidiar a reflexão acadêmica sobre o tema e hoje é fonte de inspiração para estudos realizados dentro e fora do país.

As informações do BISC são coletadas mediante três procedimentos: *i*) levantamento *on-line*; *ii*) entrevistas com gestores sociais ou lideranças empresariais; e *iii*) evidências colhidas nas reuniões do Grupo de Debates, instituído pela Comunitas com o objetivo de explorar e aprofundar a reflexão sobre questões relacionadas aos investimentos sociais privados e contribuir para o intercâmbio de experiências e o aprimoramento na condução dos projetos sociais. A pesquisa trata de um leque extenso de temas, tais como: influência da conjuntura econômica nos investimentos sociais; participação dos incentivos fiscais no financiamento dos programas sociais; padrão de qualidade dos projetos desenvolvidos; evolução dos programas de voluntariado corporativo; relações com atores externos, especialmente com as organizações sem fins lucrativos; atuação das empresas no território; e novas tendências na condução dos investimentos sociais, com destaque para o alinhamento aos negócios, às políticas públicas e às agendas globais de desenvolvimento sustentável.⁵

1. Coordenadora da pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), da Comunitas.

2. Diretora de gestão e comunicação da Comunitas.

3. A Comunitas é uma organização da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, que atua no estímulo à participação da iniciativa privada no desenvolvimento social do país.

4. O CECP – The CEO Force for Good –, parceiro da Comunitas, é uma organização social sediada nos Estados Unidos que reúne o mais expressivo fórum internacional de presidentes executivos (*chief executive officers* – CEOs), com missão exclusivamente focada nos investimentos sociais corporativos.

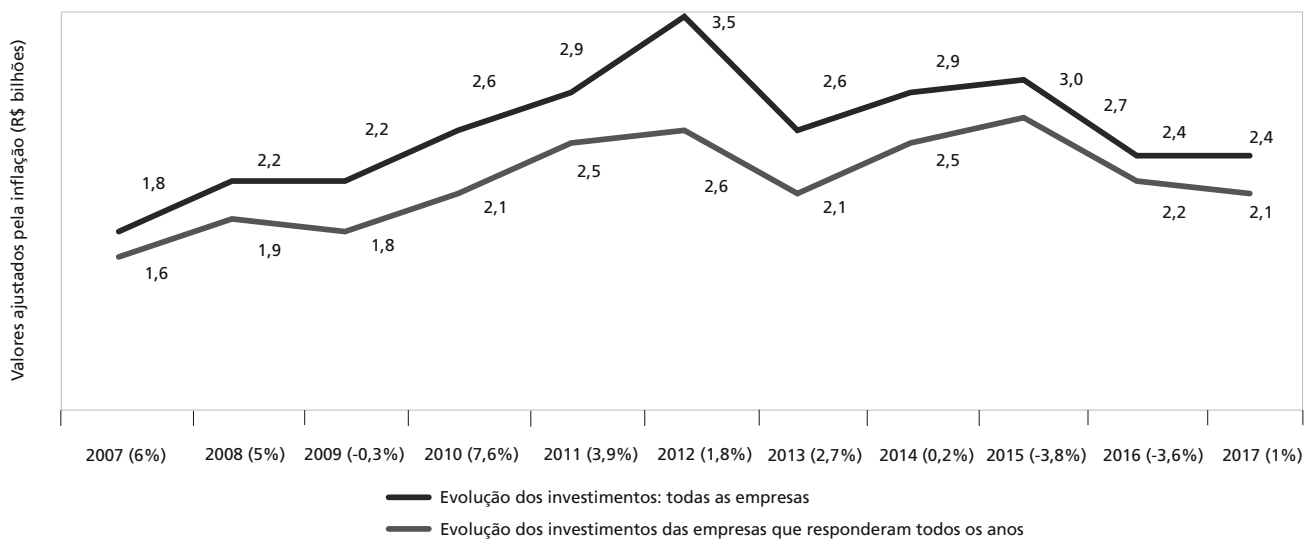
5. Relatórios da pesquisa disponíveis em: <<http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>>.

Alguns resultados extraídos das últimas edições do BISC são apresentados a seguir. Cabe, de início, ressaltar que eles refletem o comportamento de um conjunto de empresas de maior porte,⁶ que se destacam pela sua atuação no campo social em virtude de buscar consolidar seus investimentos sociais em torno de projetos mais estruturados, desenvolvidos em parcerias com outras organizações, e alinhados às políticas públicas e a agendas internacionais.

2 QUAL O PERFIL DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO BISC?

Em uma década marcada por fortes oscilações na economia, o volume de recursos destinados aos investimentos sociais exibiu uma tendência de crescimento, especialmente no triênio 2010-2013, o que sinaliza a manutenção dos compromissos do grupo com o desenvolvimento de ações voluntárias destinadas ao enfrentamento de problemas sociais. A média anual dos valores aplicados pelas empresas no período de 2007 a 2011 foi de R\$ 2,3 bilhões, e nos últimos seis anos essa média subiu para R\$ 2,8 bilhões por ano (gráfico 1). Outras informações reforçam a relevância dessa atuação. O padrão dos investimentos sociais do grupo BISC é compatível com os padrões internacionais, se considerada a porcentagem dos investimentos sociais nos lucros brutos das empresas: em 2017, a mediana desses percentuais no país foi de 0,94%; e entre as corporações norte-americanas foi de 0,87%. Ademais, os investimentos no Brasil são financiados majoritariamente com recursos próprios, uma vez que os incentivos fiscais têm representado apenas 20% do total investido nos últimos três anos.

GRÁFICO 1
Como evoluíram os investimentos sociais do grupo BISC? (2007-2017)



Fonte: Comunitas (2018).

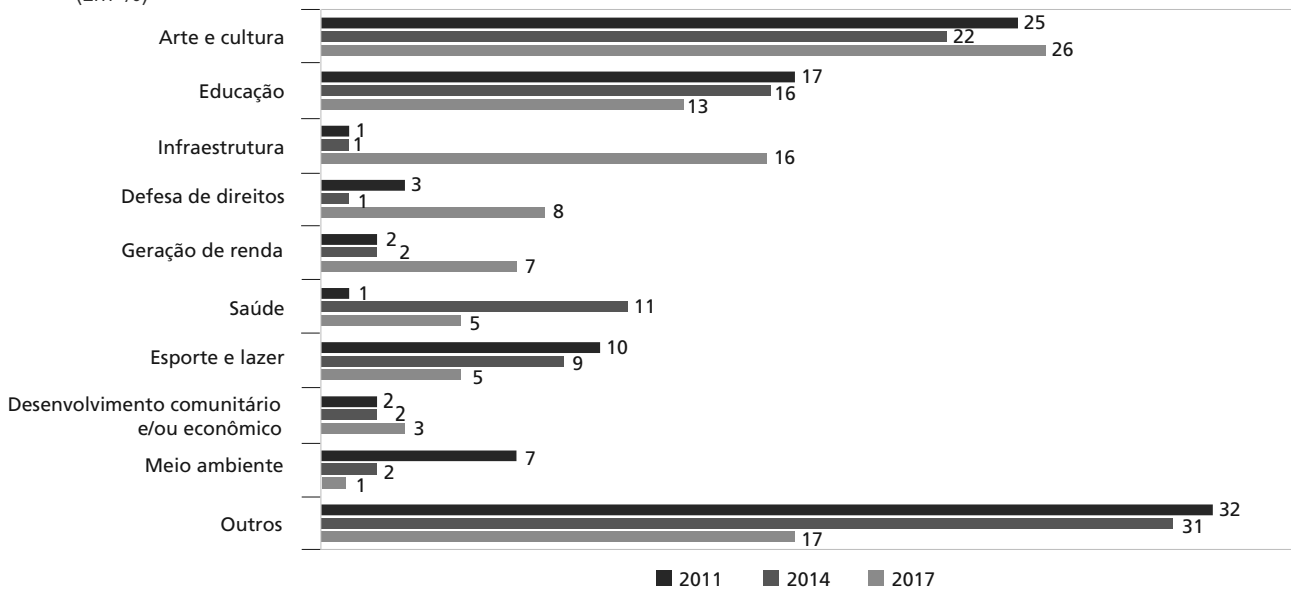
Obs.: Os valores aplicados por todas as empresas se referem ao conjunto de empresas que responderam a cada ano da pesquisa, cuja composição modificou-se ao longo do período. Os valores foram reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2017.

São os projetos educacionais que absorvem a maior parte dos investimentos sociais do grupo (aproximadamente 40%), e, ao longo de todo o período analisado pelo BISC, o volume destinado para

6. Os resultados da pesquisa de 2018 referem-se a um universo de 280 organizações assim distribuídas: onze conglomerados que responderam por 259 empresas privadas; três empresas privadas que responderam individualmente; e dezoito fundações ou institutos vinculados a essas instituições empresariais. Entre os respondentes, 61% são do setor de serviços e 39% do setor de indústrias. Outras informações sobre o grupo: 61% das empresas possuem mais de 30 mil empregados e 79% são de capital nacional.

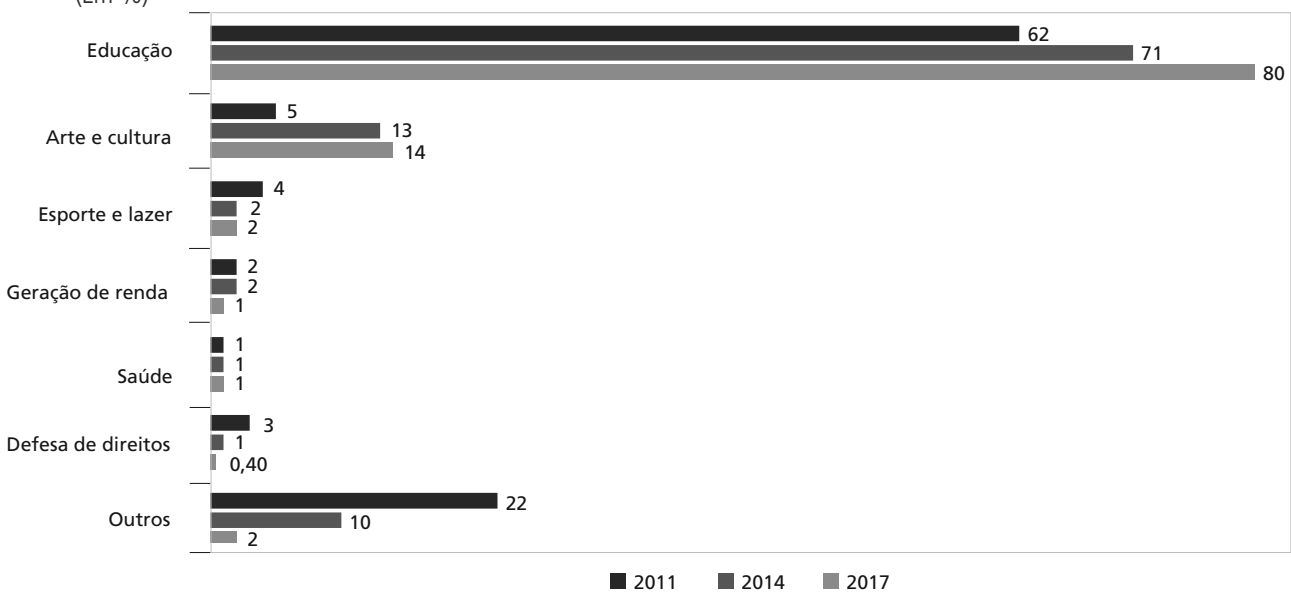
a área ficou acima dos R\$ 900 milhões/ano.⁷ Em um distante segundo lugar, sobressaem os projetos de apoio à cultura, que absorvem, aproximadamente, 20% do total investido. Cabe ressaltar que a atuação das organizações participantes não é homogênea. O BISC revela diferenças significativas entre empresas de diferentes setores da atividade econômica e empresas e institutos empresariais. Entre essas diferenças cabe destacar, por exemplo, que as empresas diversificam bem mais o leque de atividades desenvolvidas do que os seus institutos, que focam sua atuação, sobretudo, na educação (gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 2
Investimentos sociais das empresas, por área de atuação (2011, 2014 e 2017)
(Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

GRÁFICO 3
Investimentos sociais dos institutos, por área de atuação (2011, 2014 e 2017)
(Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

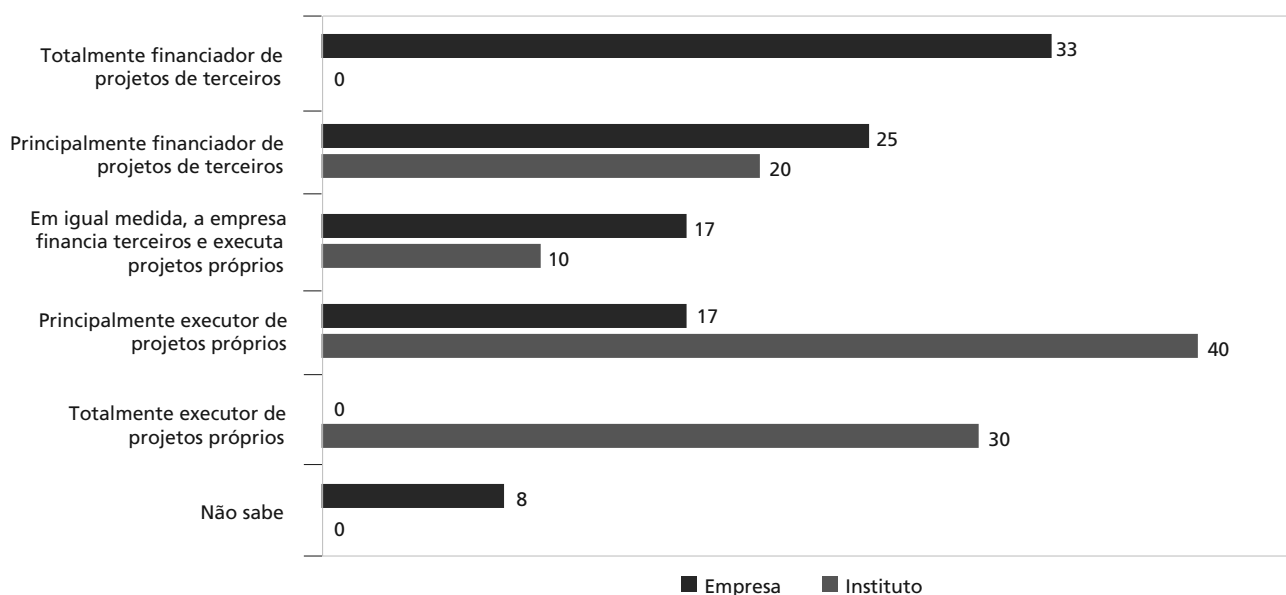
7. Valores atualizados pelo IPCA médio de 2017.

Ademais, enquanto os institutos são majoritariamente executores dos projetos sociais, as empresas privilegiam o apoio a projetos de terceiros, especialmente de organizações sem fins lucrativos (gráfico 4). Nesse sentido, cabe mencionar que, ao longo dos últimos anos, observou-se um movimento inverso entre as empresas e os institutos. Enquanto aquelas foram reduzindo seu envolvimento na execução direta dos projetos sociais, estes foram gradativamente se estruturando para assumir tal tarefa, especialmente no que se refere aos programas educacionais. Esse movimento não chega a surpreender, na medida em que os institutos foram criados para ser o “braço social” das corporações e com o objetivo de responder pela sua atuação nessa área.

GRÁFICO 4

Qual a estratégia adotada por empresas e institutos para conduzir os seus projetos sociais?

(Em %)



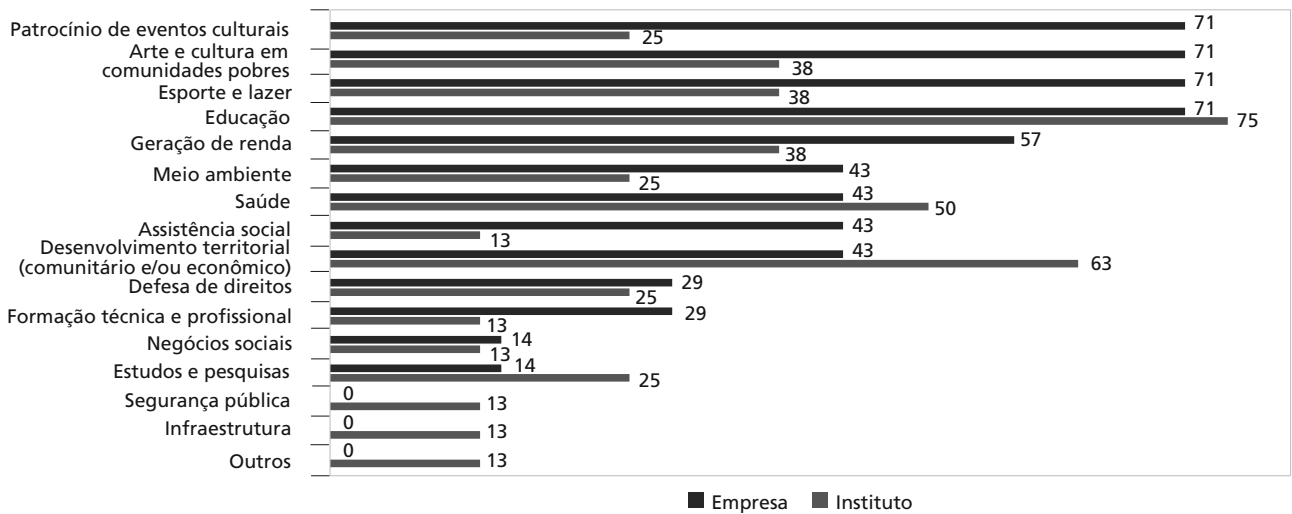
Fonte: Comunitas (2018).

3 QUAIS AS RELAÇÕES DAS EMPRESAS COM AS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS?

Quase todos os participantes do BISC (92%) envolvem organizações sem fins lucrativos na condução dos seus investimentos sociais e reconhecem que esse trabalho em parceria é fundamental para aproximá-los das comunidades e de outros parceiros importantes, para melhorar a imagem da empresa e fortalecer as organizações apoiadas, entre outros benefícios. Em 2017, as empresas apoiaram 1.163 organizações sem fins lucrativos sediadas nas diversas regiões do país, o que representa um aumento de 43% em relação ao ano anterior. Para essas organizações foram destinados recursos da ordem R\$ 453 milhões.⁸ Foi no campo da educação, da cultura e dos esportes que se concentraram as atividades desenvolvidas conjuntamente com as organizações sem fins lucrativos, e esse resultado é coerente com o perfil de atuação das empresas (gráfico 5).

8. Os resultados de 2017 referentes ao número de organizações apoiadas e aos valores transferidos podem estar subestimados, uma vez que nem todas as empresas forneceram tais informações.

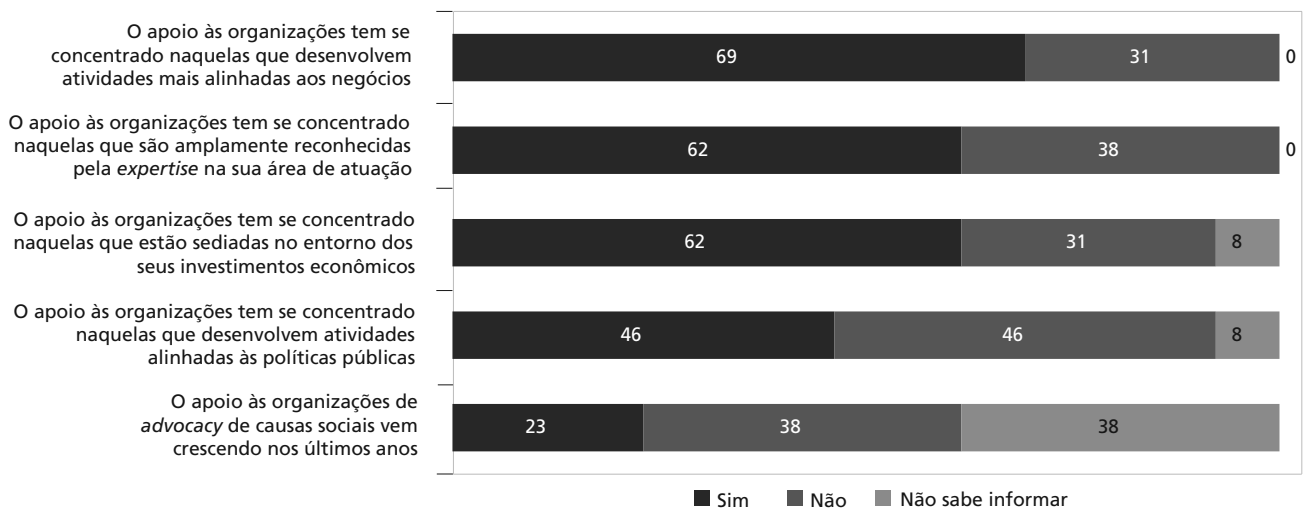
GRÁFICO 5
Em que áreas as empresas atuam em parceria com as organizações sem fins lucrativos?
 (Em %)



Fonte: Comunitas (2018).

O BISC tem buscado identificar as mudanças que vêm ocorrendo na atuação social do setor privado nos últimos anos, bem como as novas tendências que se desenham na área, entre as quais se destacam as relações com as organizações sem fins lucrativos. Nesse campo, observaram-se, nos anos recentes, mudanças no perfil das organizações apoiadas em decorrência do crescimento do apoio a entidades: que desenvolvem atividades mais alinhadas aos negócios da empresa; que são amplamente reconhecidas pela *expertise* na sua respectiva área de atuação; ou que estão sediadas no entorno dos empreendimentos econômicos. Cerca de dois terços das empresas confirmam esse movimento (gráfico 6). Os depoimentos captados nas entrevistas realizadas junto aos gestores sociais evidenciam, ademais, que as empresas hoje não se contentam com o papel de financiadoras de projetos, buscando fortalecer relações de parcerias e atuar como contrapartes de um trabalho conjunto.

GRÁFICO 6
Quais as mudanças recentes nas relações das empresas com as organizações sem fins lucrativos?
 (Em %)



Fonte: Comunitas (2017).

É interessante ressaltar que o grupo não percebe maiores dificuldades para trabalhar em parceria com organizações sem fins lucrativos, sendo que as ressalvas dizem respeito à prestação de contas por parte das organizações e à dependência gerada pelo apoio financeiro da empresa: 46% das empresas assinalam que nesses aspectos enfrentam grandes dificuldades.⁹ As sugestões para aprimorar as parcerias vão na direção de: ampliar o diálogo e a presença da empresa na condução de trabalhos conjuntos; apoiar a autossustentação das organizações; estimular a formação de redes que possibilitem novos formatos e possibilidades de sustentabilidade financeira dos projetos; ampliar o acompanhamento e o apoio da empresa nos processos de prestação de contas das organizações sem fins lucrativos; e empoderar os parceiros e a comunidade para prosseguirem autonomamente os projetos desenvolvidos conjuntamente.

4 QUAL A ARTICULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS CORPORATIVOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Desde as primeiras edições do BISC, observa-se que cerca de 80% das empresas se articulam com órgãos governamentais, especialmente no âmbito municipal, para o desenvolvimento dos seus projetos sociais. Esse comportamento surpreende na medida em que, ainda na década de 1990, predominava nas empresas a concepção de que sua atuação no campo social deveria se desenvolver de forma independente, ou mesmo distante do Estado. Estudo divulgado pelo Ipea em 2001 apontava que,

no momento em que decide como e onde atuar, a maioria das empresas declara que não leva em consideração os investimentos governamentais, ou seja, que não há relação entre os investimentos sociais privados e os investimentos sociais de governo. As justificativas caminharam para a linha de uma atuação independente do Estado, “de um não alinhamento”, ou para uma linha de desconhecimento do que o governo faz e de crítica a respeito de que “o Estado não faz sua parte” e, por isso, as empresas “atuam para tapar buracos” com a sensação de que não avançam, mas evitam prejuízos maiores. Com base nesse raciocínio, não se posicionam como contraparte de um atendimento social integrado (Peliano, 2001).

Na contramão dessa visão histórica, o grupo BISC tem se destacado na busca pelo alinhamento dos investimentos sociais às diretrizes das políticas públicas, movidos pelo desejo, entre outros, de ampliar a visibilidade e melhorar a qualidade dos próprios projetos e de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, conforme assinalado por 67% dos participantes. É sobretudo no campo da educação e no atendimento à infância que as empresas trabalham mais próximas das organizações governamentais, buscando alinhar os seus investimentos sociais às políticas públicas, procurando desenhar e implementar projetos: *i*) em consonância com as diretrizes de governo; *ii*) a partir de um diálogo sistemático com os gestores públicos; e *iii*) de forma a contribuir para o alcance dos resultados previstos nas políticas governamentais (gráfico 7).

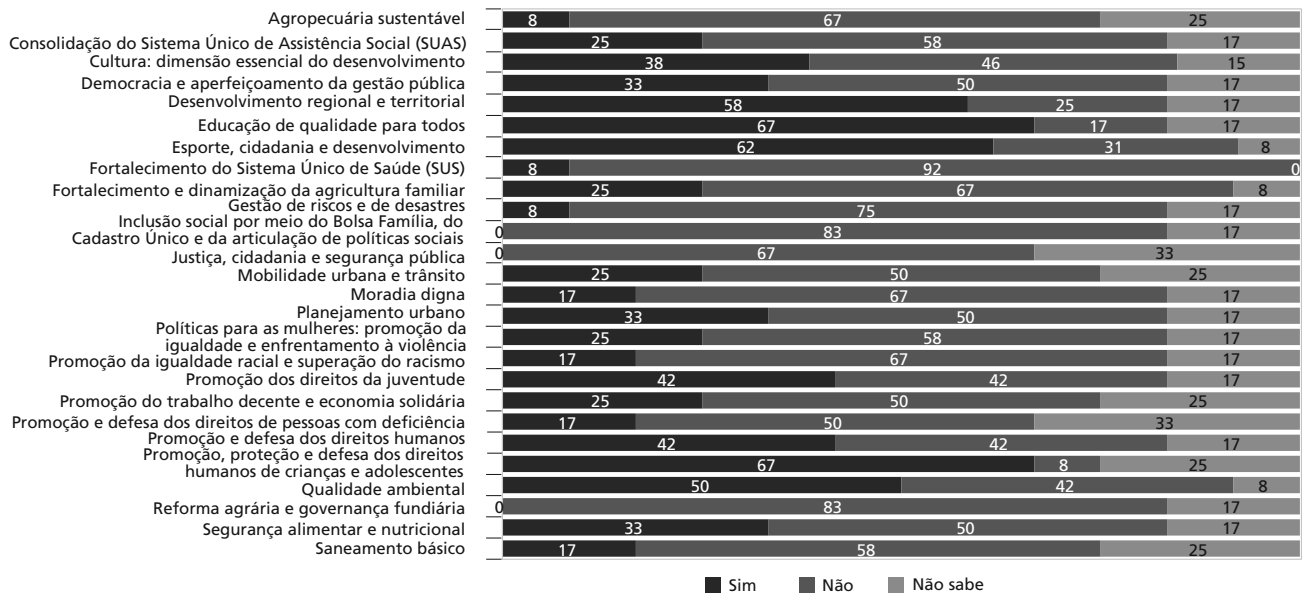
Além do alinhamento dos próprios projetos, as empresas apostam no apoio à gestão de políticas públicas no âmbito local e cerca de metade delas declarou ter ampliado, nos últimos anos, as atividades voltadas para o apoio à gestão escolar, à capacitação de professores e à promoção do diálogo entre organizações públicas e comunitárias (gráfico 8). É especialmente nessa articulação que muitas reconhecem uma janela de oportunidades para ampliar o controle social e o acesso às políticas governamentais por parte das comunidades locais.

9. Ver Comunitas (2017).

GRÁFICO 7

Os projetos sociais das empresas estão alinhados às políticas públicas listadas?

(Em %)



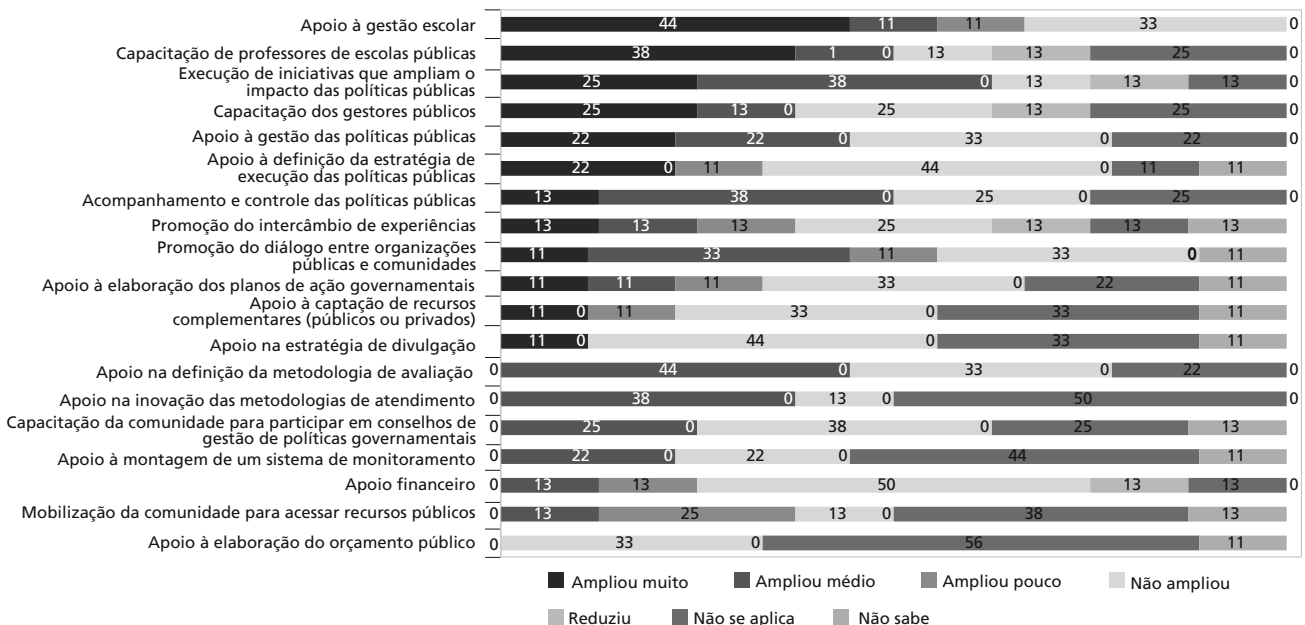
Fonte: Comunitas (2017).

Obs.: Todas as políticas listadas constam do Plano Plurianual 2016-2019 do governo federal.

GRÁFICO 8

Nos últimos três anos, quais os avanços observados no apoio das empresas às políticas públicas?

(Em %)



Fonte: Comunitas (2017).

Nesse sentido, a experiência da Comunitas com o desenvolvimento do programa Juntos representa um modelo interessante de parceria entre empresas e governos, na busca do aprimoramento da gestão pública, em que o trabalho conjunto tem resultado em benefícios significativos para a sociedade.

5 COMO A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA JUNTOS REFLETE O ESFORÇO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável foi criado em 2012 como um modelo inovador de investimento social corporativo, no qual um grupo de líderes empresariais, a partir de uma reflexão sobre seu papel para o desenvolvimento do Brasil, decidiu unir esforços, recursos e conhecimento para impactar de forma positiva as cidades brasileiras.

Prevaleceu o entendimento de que, para se ganhar escala e ampliar o impacto, é fundamental atuar junto às políticas públicas, em parceria com o Estado, sendo que estas, por sua vez,

precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento, (...) [estimulando] práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação (Jacobi, 2003, p. 202).

O núcleo de governança do programa Juntos é formado por líderes empresariais engajados em prol de um objetivo comum: contribuir para o aprimoramento da gestão pública no Brasil e, com isso, para a entrega de serviços públicos de qualidade. A participação ativa de todos nesse grupo tem sido um importante fator de sucesso para o alcance dos resultados dos projetos, mas, sobretudo, para a construção de um novo modelo de governança, realmente sustentável e compartilhado, com foco na construção de uma agenda positiva de desenvolvimento.

Tendo como norte esse compartilhamento, a troca e a replicabilidade, o programa atua junto à esfera municipal do poder público, mais próxima à população, por meio de investimentos sociais corporativos. Esses investimentos se direcionam para o aprimoramento da gestão pública, o fortalecimento das lideranças e seus respectivos gestores, o controle social por parte da comunidade e a transparência no uso dos recursos, materializando-se em formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas.

Em 2018, com a experiência obtida, o grupo entendeu que era possível ampliar essa transformação para o nível estadual. Dessa forma, o programa Juntos, liderado pela Comunitas, atua hoje em catorze cidades brasileiras (entre elas, capitais como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Teresina) e cinco estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Pará), uma área com cerca de 100 milhões de habitantes. Nessas regiões foram executados 120 projetos em diferentes áreas de atuação do poder público, com mais de trinta parceiros distribuídos entre empresas privadas, sociedade civil e entes da Federação.

Esse modelo chamou a atenção da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e em 2017 tornou-se um estudo de caso (Santos e Johnson, 2018) utilizado em salas de aula de outras universidades ao redor do mundo. Em 2018, o programa foi citado no livro *Social Value Investing* (Buffett e Eimicke, 2018) como uma boa prática brasileira para superar antigos desafios socioeconômicos, por meio do investimento social corporativo e da governança compartilhada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações das empresas com atores externos, especialmente com as organizações da sociedade e dos governos, são muito relevantes e têm sido acompanhadas sistematicamente pelo BISC. Os resultados apontam que, isoladamente, a atuação social do setor privado terá alcance reduzido, e o fortalecimento das parcerias é reconhecido como o caminho para o alcance dos objetivos almejados. O grupo de participantes do BISC

ênfatisa a necessidade de buscar, cada vez mais, a adesão dos demais atores envolvidos nos seus projetos sociais e reconhece que o êxito vai depender desse engajamento dos parceiros e das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BUFFETT, H. W.; EIMICKE, W. B. **Social value investing**: a management framework for effective partnerships. New York: Columbia University Press, 2018.

COMUNITAS. **Relatório BISC de 2017**: retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos. São Paulo: Comunitas, 2017. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>>.

_____. **Relatório de 2018**. São Paulo: Comunitas, 2018. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/bisc-2018-relatorio/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). **Bondade ou interesse?**: como e por que as empresas atuam na área social. Brasília: Ipea, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_bondade.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SANTOS, B.; JOHNSON, L. **Juntos**: building governance for the 21st century – public private coalition to reform local governments in Brazil. Columbia: Picker Center Case Collection, 2018. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/programa-juntos-universidade-de-columbia-white-paper/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.